



A PESQUISA NA LICENCIATURA COMO EIXO DE FORMAÇÃO DOCENTE

Regina Celi Alvarenga de Moura Castro

Universidade Federal do Pará - Campus Universitário de Altamira - reginacastro@ufpa.br

Resumo: Nesse artigo são apresentados dados parciais de um estudo bibliográfico sobre a prática da pesquisa na licenciatura. O objetivo é identificar o que tem sido discutido na última década sobre o papel que a pesquisa pode exercer na formação docente. Na literatura brasileira não há uma produção teórica sistemática sobre o papel da pesquisa na formação docente, contudo esses estudos têm se apresentado mais numerosos na última década. A discussão sobre a pesquisa e formação docente gira principalmente em torno do professor pesquisador, indicando que há uma lacuna sobre pesquisas específicas relacionadas à prática da pesquisa nas licenciaturas. Esse fator pode estar relacionado à concepção equivocada, ainda presente nas universidades brasileiras de que a pesquisa é exclusividade dos programas de pós-graduação, mestrado e doutorado, não cabendo a prática da pesquisa na graduação. Concluiu-se que o ensino nas universidades no âmbito da graduação é marcado pela cisão entre teoria e prática, ainda que haja atualmente legislações que indicam a importância e a necessidade de a pesquisa se constituir como eixo formativo das licenciaturas. A ausência da pesquisa na formação docente tem contribuído para que continue sendo ofertada ao estudante uma formação acrítica desvinculada de sua área de atuação.

Palavras-Chave: Pesquisa, eixo formativo, teoria e prática.

Introdução

Nesse artigo, cujo objetivo é elucidar o que se tem pensado e discutido sobre o exercício da pesquisa no âmbito das licenciaturas na última década no ensino superior brasileiro, apresento o resultado parcial de investigações que venho realizando por meio de dados teóricos e empíricos sobre o papel que a pesquisa exerce, ou deveria exercer na formação docente.

Inicialmente situo a pesquisa na universidade a partir de legislações e documentos oficiais que normatizam a educação no Brasil e de maneira específica a pesquisa na formação docente no âmbito da educação superior brasileira.

Na sequência busco respaldo em autores que discutem o papel formativo da pesquisa para a formação docente, procurando defender a ideia de que é necessário desenvolver o hábito da pesquisa nos cursos de licenciatura como condição para a criação da identidade de pesquisador, necessária ao futuro professor que irá atuar na educação básica.

Metodologia

A discussão aqui proposta é resultado de pesquisas teóricas, realizada a partir da pesquisa exploratória por meio da qual busquei identificar qual tem sido o teor da discussão

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



no âmbito do ensino superior brasileiro sobre a função formativa da pesquisa na formação docente.

Resultados e Discussões

A pesquisa na universidade brasileira – alguns marcos legais

Até o início da década de 1960 o ensino superior brasileiro era caracterizado pela racionalidade técnica realizado a partir de um ensino livresco e alienante, sem que fosse estimulado ao universitário iniciativas investigativas e reflexão sobre sua formação. Ao final dessa década, com a promulgação da Lei 5540 de 28 de novembro de 1968, conhecida com *Lei da Reforma Universitária de 1968*, é feita menção, em seu artigo 1º, à prática da pesquisa no ensino universitário: [...] “O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências [...]” (BRASIL, 1968, p.1).

Apesar da pesquisa ter sido inserida com o intuito de atender a era de modernização do país e estar sob a égide do regime militar, não resta dúvida que sua indicação como objetivo do ensino superior foi um avanço para as políticas educacionais da época.

A formação científica universitária tomou força em nosso país através da Lei nº 5540/68 que tratou da reforma da universidade brasileira e estabeleceu como princípio a valorização da pesquisa associada ao ensino como forma de transcender a reprodução e estabelecer a ampliação do saber, além de ser vista como um instrumento necessário para que a universidade pudesse acompanhar o ritmo da modernização até então alcançado pelo Brasil (MORATO, 2005, p. 87).

Na Constituição Federal de 1988 além de ser reafirmada a pesquisa como objetivo do ensino universitário é determinada a indissociabilidade entre as três dimensões que deveriam caracterizar o ensino superior brasileiro: “as universidades [] **obedecerão** o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, (BRASIL, 1988, grifo meu), sem que haja hierarquização de uma dimensão em detrimento das outras.

Apesar da instituição do tripé ensino-pesquisa-extensão, que sustentaria a prática pedagógica das universidades, a pesquisa era realizada basicamente nos cursos de pós-graduação, “mestrado e doutorado, que começaram a se consolidar [no Brasil] em meados da década de 1970 (GATTI, 2012, p. 20). Dessa forma, fazer menção à universidade e pesquisa, parecia e parece excluir dela os cursos de graduação, 1º degrau da formação superior. Nessa época já havia portanto, o pensamento equivocado no interior da academia de que a pesquisa era exclusividade da pós-graduação.

Essa concepção ainda prevalece na academia a partir de um ensino tecnicista que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

insiste em estar presente nas salas de aula e nos currículos da graduação, impedindo de “superar a visão unilateral de considerar como pesquisa apenas seus estágios sofisticados, representados pelos produtos solenes do mestre ou do doutor” (DEMO, 2002, p. 10).

Em 1996, a partir da promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei ° 9.394/1996 é acentuada a concepção equivocada do binômio graduação-

pesquisa, ao indicar a finalidade da educação superior, substituindo o termo *obedecerão* determinado pela Constituição de 1988 pelo termo *incentivar*, conforme consta em seu artigo 43:

A educação superior tem por finalidade: III- **incentivar** o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive (BRASIL, 1996, grifo meu).

Ora, se a pesquisa é condição para existência da pós-graduação (mestrado e doutorado), sem ela a pós-graduação não tem razão de existir, a qual nível da educação superior é aconselhado o incentivo à pesquisa e não a obrigatoriedade, senão à graduação?

A interpretação da ordenação legal da LDB 9394/96 permite compreender, para quem assim o interessa, que não há, a obrigatoriedade para as universidades públicas e privadas ao desenvolvimento do conhecimento científico, no âmbito da graduação, ferindo assim o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, ainda que a pesquisa esteja prevista na legislação educacional como uma das finalidades do ensino superior, a “pseudo” perda de sua obrigatoriedade na graduação resulta em não receber “um tratamento que a incorpore como uma atividade regular, sistemática e continuada, dotada de mecanismos específicos e institucionalizados” (SAVIANE 2008, p. 216). Se ao contrário, a pesquisa estivesse incorporada como eixo formativo na licenciatura poderia “colaborar para alterar o processo de formação do docente de perfil tecnicista, sustentado na histórica dicotomia entre pensar e fazer” (MARTINS e VARANI, 2012, p. 671). Contudo, o que ainda nos parece é que o tripé ensino-pesquisa-extensão seja exclusividade da pós-graduação.

Assim, “a adoção de um modelo de universidade de pesquisa no Brasil foi abortada e prevaleceu a formação profissional de caráter utilitário e imediatista na [graduação]”. (BREGLIA, 2013, p. 13). Ainda analisa Breglia que com a “institucionalização da pós-graduação [...] a universidade passou a ter um sistema dual, hierarquizado, com hegemonia da pós-graduação” (BREGLIA, 2013, p. 13) e que esse o desenvolvimento da pós-graduação “não tem revelado uma nítida contribuição para a melhoria dos cursos de graduação, mantidos



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

pelas mesmas unidades de ensino onde estão alocados esses programas (SANTOS, 2008, p. 11).

Há dessa forma uma perda de identidade da universidade brasileira no âmbito da graduação e em especial das licenciaturas.

Contudo, a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, a partir da Resolução CNE/CP de 18 fevereiro de 2002, propõe em seu artigo 2º, dentre outros princípios para a reorganização da formação docente, “o aprimoramento em práticas investigativas” (BRASIL, 2002, p. 2) e em seu artigo 3º ressalta a importância da inserção da pesquisa no processo de formação, considerando que “ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento” (BRASIL, 2002, p. 2).

Em 2015, a formação dos professores da educação básica volta a fazer parte do cerne de discussões no âmbito das políticas educacionais a partir da definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para formação continuada para o professor da Educação Básica. Como parte das discussões propostas nas Diretrizes se encontra a importância da pesquisa como elemento norteador da formação crítica do professor prevista no artigo 4º:

A instituição de educação superior que ministra programas e cursos de formação inicial e continuada ao magistério, respeitada sua organização acadêmica, deverá contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida [...] (BRASIL, 2015, p. 5).

Assumir essa articulação, respaldada legalmente é necessário e essencial para que se traga para a pauta de discussão o papel que deve ser atribuído à pesquisa na formação do professor, considerando-a como “elemento constitutivo da formação docente [...] princípio pedagógico essencial do exercício [...] e da prática educativa” (BRASIL, 2014, p. 2).

O que tem sido discutido na literatura sobre a pesquisa na formação docente?

A busca na literatura sobre pesquisa e formação docente revelou que esse tema é incipiente na produção brasileira, ainda que autores indiquem haver discussões recorrentes sobre essa temática nos últimos anos (NUÑEZ; RAMALHO, 2005; ANDRÉ, 2008; SANTOS, 2008).

Há de fato, na última década, um aumento da discussão sobre a pesquisa como sendo um eixo constitutivo do processo de formação docente. Contudo, considerando a importância



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

dessa questão considero que a discussão precisa ser aprimorada de tal forma que possa ecoar no interior das universidades e gerar mudanças nos currículos dos cursos de formação docente, e contribuir como indicam Martins e Varani (2012, p. 673) para romper com o “teoricismo da academia” e com a racionalidade técnica na ação docente.

Em um estudo realizado por Freiburger; Berbel (2012), sobre a prática da pesquisa nas licenciaturas no Brasil, as autoras indicaram a necessidade de expandir essa discussão, uma vez que o que se vê nas salas de aula das licenciaturas, de maneira geral, é a mesma condição de cisão entre teoria e prática, observada nos início da década de 1960, quando a pesquisa ainda não fazia parte do contexto do ensino universitário.

deparamo-nos com um estilo considerado por Demo (2004) como precário e insatisfatório, com uma visão fragmentada de ensino e pesquisa expressa na estrutura das propostas curriculares, nos pressupostos teórico-metodológicos, o que parece revelar a lacuna entre teoria e prática que está entre um dos maiores problemas e desafios da formação profissional (FREIBERGER; BERBEL, 2012, 5).

Geralmente nos artigos publicados em anais de eventos, em periódicos e em livros de edição nacional que abordam a pesquisa e a formação docente, a discussão sobre pesquisa na formação docente vem atrelada à discussão sobre professor pesquisador, sendo dada mais ênfase à segunda do que à primeira.

Não há dúvida sobre a importância para a prática docente, que o professor se torne pesquisador, ideia difundida no Brasil por Stenhouse (1981), com seguidores no Brasil como Ludke que desde 1996 vem discutindo essa temática, André (2006, 2008, 2009) dentre outros pesquisadores que têm se concentrado nas discussões nessa área.

Contudo, não se pode pensar em um professor pesquisador se no âmbito de sua formação não lhe foi dada a condição de se tornar um pesquisador, dessa forma nesse artigo o objetivo não é discutir a ação do professor pesquisador, mesmo comungando com a ideia de sua necessidade cuja finalidade é a problematização e a “inovação dessa prática (NUÑEZ; RAMALHO, 2005, p. 92).

Por isso tenho procurado mapear as discussões que deveriam preceder à discussão sobre o professor pesquisador: a do estudante (de licenciatura) pesquisador, entendendo que para que se torne pesquisador tanto de sua prática, quanto de um contexto escolar mais amplo é inevitável que o futuro professor, ou o professor já em atuação aprenda a fazer pesquisa. O *locus* para essa aprendizagem precisa ser legitimada como sendo a sua formação inicial. Demo (2004, p. 2) também defende a ideia de que é essencial “que o profissional da

educação seja pesquisador, ou seja, maneje a pesquisa como princípio científico e educativo e a tenha como atitude cotidiana", porém reconhece que esse professor precisa se tornar pesquisador quando estiver se formando para ser professor. Contudo, Demo (2004) reconhece que não há tradição de pesquisa na graduação, sendo essa prática privilégio de poucos.

Nesse sentido, Galvão (2015) afirma

a consolidação qualitativa do aprendizado exige uma ampla e necessária formação científica antes, durante e após a fase da graduação [por isso é] imprescindível que o aluno seja incentivado a enveredar-se pelos caminhos da pesquisa e do conhecimento científico já nos primeiros anos da graduação (GALVÃO, 2015, p. 2).

Porém, o que se tem constatado é que a formação em algumas universidades, no âmbito da graduação tem conseguido sobreviver de maneira fragilizada, a partir de um ensino livresco, com base em atividades memorísticas, prevalecendo “um processo formativo deficiente, calcado em um modelo que não [incluiu] como resultado natural, ações que [permitam] a assimilação adequada de informações para a geração de novos conhecimentos” (BREGLIA, 2013, p. 2).

Assim, “o discurso pedagógico da universidade destacando uma ação integrada e multidisciplinar, normalmente não se confirma na prática” (MACCARIELLO, NOVICKI, CASTRO, 2002, p. 86), indicando uma lacuna na formação dos professores. “Pode-se deduzir que foi posta em cheque a ‘naturalização’ da indissociabilidade do ensino/pesquisa. (BREGLIA, 2013, p. 5). Finalizo essa seção com uma frase que no meu entendimento é célebre e deveria ser pensada por todos os professores e professoras que atuam na formação docente no âmbito da graduação “É muito difícil fazer pesquisa de ponta em nível de doutorado, partindo de uma graduação medíocre”, (KURT WÜTHRICH, 2002), Prêmio Nobel de Química de 2002.

Considerações

Nesse artigo, proponho uma discussão que não pretendo seja conclusiva, ao contrário, tenho a pretensão de torná-la desencadeadora da discussão importante e necessária, porém não muito estruturada no âmbito da formação de professores no nível da graduação: a fundamental ação da prática da pesquisa para a qualificação da formação docente.

As discussões que têm sido realizadas na produção teórica brasileira, se apoia na discussão do professor pesquisador e por consequência, menciona a precariedade da formação docente nas licenciaturas, em função da cisão entre teoria e prática, e da ausência de um ensino sustentado por uma produção do conhecimento científico. Contudo, ainda que haja atualmente legislações que indicam a importância e a necessidade de a pesquisa se constituir como

eixo formativo das licenciaturas é constatado que a ausência da pesquisa na formação docente tem contribuído para que continue sendo ofertada ao estudante uma formação acrítica desvinculada de sua área de atuação. Dessa forma é possível questionar: Como espera-se que o professor seja pesquisador, se não houve formação que lhe assegurasse a prática da pesquisa?

As lacunas identificadas nesse artigo em relação à pouca produção teórica sobre a pesquisa na formação docente indicam que há a necessidade de aprofundamento nesse campo de discussão, uma vez que entende-se que a prática da pesquisa deve ser legitimada na licenciatura para que, ao se inserir como docente no contexto da Educação Básica o profissional-professor esteja apto a refletir e problematizar a prática educativa em sua sala de aula e em contexto mais amplos do processo educacional.

Referências

ANDRÉ, Marli (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2008.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de Novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, 1968.

_____. **Constituição Federativa do Brasil**, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2002.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014, aprova o Plano nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2**, de 1º de Julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015.

BREGLIA, Vera Lúcia Alves. **Graduação, Formação e Pesquisa: entre o discurso e as prática**, 2013. Disponível em: <https://www.uva.br/trivium/edicoes/educacao-i-ano-v/artigos-tematicos/graduacao-formacao-pesquisa.pdf>. Data de Acesso: 05/08/2016

DEMO, Pedro. **Pesquisa** : princípio científico e educativo. 8. ed. São Paulo: Cortez; 2002.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 7.ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

FREIBERGER, Reginane Muller; BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **A proposta do educar com pesquisa na formação inicial de professores:** desafios e contribuições. IX ANPED Sul. Seminário de Pesquisa em educação da região Sul. Caxias do Sul, 2012.

GALVÃO, [Roberto Carlos Simões](#). **A importância da pesquisa no ensino de graduação,** 2015. Disponível em: Disponível em: <https://www.algosobre.com.br/educacao/a-importancia-da-pesquisa-no-ensino-de-graduacao.html>. Data de Acesso: 15/07/2016.

GATTI, Bernadete Angelina. **A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil.** Brasília, Liber Livro editora, 2012

MACCARIELLO Maria do Carmo Moreira Martins; NOVICKI, Victor; CASTRO, Elza Maria Neffa Viera de. *A Ação pedagógica na iniciação científica.* In: CALAZANS, Maria Julieta Costa (Org.). **Iniciação científica:** construindo o pensamento crítico. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Marcos Francisco; VARANI, Adriana. Professor e pesquisador: considerações sobre a problemática relação entre ensino e pesquisa. **Rev. Diálogo Educ., Curitiba**, v. 12, n. 37, p. 647-680, set./dez. 2012

MORATO, Cíntia Thais. A função formadora da pesquisa nos cursos de graduação em música da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – MG: Relato de Experiência. **Ouviouever**, n.1, 2005.

NUÑEZ, Isauro Beltran; RAMALHO, Betânia Leite. **A pesquisa como recurso da formação docente:** Notas para uma discussão inicial. *Ecos*. São Paulo, v.7, n.1, p. 87-111, Junho de 2005.

SANTOS, Lucíola Lucínea de Castro Paixão. Dilemas e perspectivas na relação entre ensino e pesquisa. In: ANDRÉ, Marli (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores.** 8. ed. Campinas: Papirus, 2008.

SAVIANE, Demerval. **A nova lei da educação:** histórias limites e perspectivas. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2008